

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : C.B.

CLASS. : 658

DATA : 18 03 91

PG. : 20

Cimi acusa o governo de reduzir a área indígena

Até o final do ano passado, apenas 59 áreas foram declaradas de ocupação indígena e ocorreram somente 29 demarcações, num total de sete milhões 534 mil hectares. Além da drástica redução das terras indígenas, houve uma crescente violência contra esses povos. Somente nos últimos dois anos, 46 índios foram assassinados, a maioria em decorrência de conflitos de terra. Outros 69 índios foram vítimas da violência policial e centenas de ianomami foram mortos por garimpeiros que invadiram seu território.

As denúncias foram feitas ontem pelo secretário do Conselho Indigenista Missionário, Antônio Brand, que divulgou um balanço da política indigenista adotada pelo presidente Sarney nos últimos cinco anos. Brand afirmou que essa política "obedeceu a estratégias premeditadas para acelerar a desintegração das estruturas sócio-culturais dos povos indígenas". O Cimi contestou também as afirmações do Presidente

de que seu Governo foi o que mais demarcou nos últimos 80 anos, num total de 33 milhões de hectares, já que os dados oficiais da Funai indicam a demarcação de apenas 7,5 milhões de hectares.

Por esses dados, o Cimi calcula que a partir das propostas originais feitas pela Funai, houve uma redução da ordem de 42,5 por cento dos territórios indígenas e as homologações implicaram uma redução de 10,4 por cento. Na área do Projeto Calha Norte essas reduções foram mais acentuadas. As terras indígenas do Alto Rio Negro foram diminuídas em 59,5 por cento e os ianomami perderam mais de 76 por cento de suas terras para os garimpeiros. Para o Exército, o Cimi considera que foram destinados inconstitucionalmente 365 mil hectares.

O secretário do Cimi, Antônio Brand, considera que o caso ianomami, que vem se arrastando sem qualquer solução nos últimos

dois anos, mostra a política adotada pelo presidente José Sarney que ficou inteiramente subordinada "aos interesses do grande capital e dos militares da secretaria geral do extinto Conselho de Segurança Nacional".

Falar em perspectivas frente ao novo governo fica difícil para o Cimi que até agora não conhece o programa do presidente eleito Fernando Collor. Por enquanto, o que existe são contradições. Entre elas, a intenção de Collor em manter o Projeto Calha Norte, e as declarações de seu secretário de Meio Ambiente, José Lutzenberger, contra o Projeto Calha Norte e em favor dos direitos indígenas. Além disso, existe a preocupação com a nomeação do deputado Bernardo Cabral para o Ministério da Justiça, a que ficaria vinculada a Funai, pois, na Constituinte, Cabral produziu o pior texto relativo às questões indígenas, que teve de ser modificado através de acordo de lideranças, segundo o secretário do Cimi.